

A LUTA APENAS COMEÇOU

**Mesmo aliando-se ao PSDB e ao DEM, base do governo
Lula somente aprova Relatório Final por margem
apertada (8 votos a 5)**

**Voto em Separado (Relatório Alternativo) do deputado
Ivan Valente (PSOL/SP) e das entidades da Sociedade
Civil recebe apoio de 8 deputados da CPI, mesmo número
de votos a favor do Relatório do Governo**

**Voto em Separado será entregue ao Ministério Público
na terça feira dia 18/5, às 14h, para o aprofundamento
das investigações e elaboração de ações jurídicas**

Boletim Elaborado pela Auditoria Cidadã da Dívida - www.divida-auditoriacidada.org.br

Brasília, 11 de maio de 2010



*Deputado Ivan Valente (PSOL/SP),
proponente da CPI da Dívida.*

*Atrás, o Sub-Procurador do Ministério
Público, Dr. Eugênio Aragão, que ficou
atento ao encaminhamento da votação do
relatório final da CPI.*

*Representantes das entidades da sociedade
civil compareceram em peso à última
reunião da CPI da Dívida. Portando
coletes, cartazes e "pizzas", mostraram
que o tema do endividamento público é de
interesse da sociedade civil.*

Foto: Janine Moraes. Fonte: Banco de Imagens da Câmara dos Deputados

*Registraram presença na reunião: Procuradoria Geral da República / Ministério
Público Federal (Eugênio Aragão, Carlos Alberto Lima), Pastoral Social - CNBB -
Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (Imã Magnólia S. Rodrigues), OAB -
Ordem dos Advogados do Brasil (José Moura, Márcio Diego de Paiva Ferreira)
COFECON - Conselho Federal de Economia (Mário Sérgio F. Sallorenzo), CONFEA -
Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Osiris B. De Almeida,
João Américo Pereira), FENAFISCO - Federação Nacional do Fisco Estadual e
Distrital (Josceli R. G. Pereira), FEBRAFITE - Federação Brasileira de
Associações Fiscais de Tributos Estaduais (Presidente Roberto Kupski), ANFIP -
Associação Nacional dos Auditores da Receita Federal do Brasil (José Avelino),
ANDES - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
(Cássia Relva, Edimir R. Terra, Clodoaldo da S. Costa, Carlos Vicente Joaquim),
SINASEFE - Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica,*

Profissional e Tecnológica (Adamor T. Ferreira, Wellington F. Martins), INESC - Instituto de Estudos Sócio-Econômicos (Eliana Graça), Centro Acadêmico de Letras - UnB (Adriana), Sinpro/DF - Sindicato dos Professores (José Francisco Barbosa Oliveira), Brasil e Desenvolvimento (Gustavo Capela, Edemilson Paraná), Corecon-DF - Conselho Regional de Economia do DF / Sindecon DF - Sindicato dos Economistas do DF (Miguel Rendy), IFC - Instituto de Fiscalização e Controle (Edimar Miguel da Costa), AFISVEC - Associação dos Fiscais de Tributos Estaduais (Olavo Afonso Schorr), IFM - Instituto de Fundação do Mérito (Francisco Inário Gomes), ASSTTRA-MP - Associação dos Servidores Técnicos em Transporte e Segurança do Ministério Público da União (Laércio Bernardes dos Reis), SINASEMPU-DF - Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério Público da União (Cristine Maia), Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp (Osmar Marchese), CADIR-UNB - Centro Acadêmico de Direito da Universidade de Brasília (Milena Pinheiro Martins, Luna Borges Santos, João Gabriel P. Lopes, Gabriela Rondon R. Louzada, Laura C. Mello Senra), Auditoria Cidadã da Dívida (Maria Lucia Fattorelli, Rodrigo Ávila).

Hoje, 11 de maio de 2010, a CPI da Dívida aprovou o Relatório Final do Deputado Pedro Novais (PMDB/MA), por margem apertada: 8 votos a 5. Ou seja: mesmo aliando-se à Velha Direita (PSDB e DEM), os parlamentares da base do governo enfrentaram dificuldades para aprovar o Relatório Final. Embora o texto do relatório admita a ausência de transparência em vários aspectos do endividamento, o descumprimento da "Lei de Responsabilidade Fiscal" quanto à ausência de limite para a dívida da União, as irregularidades na contabilização de atualização monetária da dívida como se fosse amortização, a predominância dos juros no crescimento da dívida, dentre outras irregularidades, conclui pela inexistência de ilegalidades no endividamento, e não aponta os perversos impactos da dívida na sociedade.

O Voto em Separado do Dep. Ivan Valente (PSOL/SP), que indica diversos e graves indícios de ilegalidades, pede a auditoria da dívida prevista na Constituição, bem como o encaminhamento ao Ministério Público Federal - para o aprofundamento das investigações, apuração de responsabilidades e reparação dos danos provocados ao patrimônio público - foi assinado por 8 (oito) parlamentares, ou seja, igual quantidade dos que votaram a favor do Relatório do Governo. Porém, nem todos os que apoiaram e assinaram o Voto em Separado puderam votar, por serem suplentes - de outros deputados que votaram - ou por não se encontrarem em Brasília.

Encaminharam o voto contrário ao relatório final de Pedro Novais os deputados Ivan Valente (PSOL/SP), Hugo Leal (PSC/RJ) e Julião Amin (PDT/MA). Era evidente a maioria dos deputados contrários ao relatório final naquele momento. O presidente da CPI suspendeu a votação - durante o processo de votação, tendo já sido feitos encaminhamentos - e aguardou a chegada de outros parlamentares da base do governo, do PSDB e do PMDB, quando então iniciou-se a apertada votação.

Na próxima semana, parlamentares e representantes da sociedade civil farão a entrega, ao Ministério Público Federal, do Voto em Separado, juntamente com todas as análises técnicas elaboradas durante a CPI, solicitando o aprofundamento das investigações, apuração de responsabilidades, reparação dos danos provocados ao patrimônio público e a elaboração das ações judiciais cabíveis.



Foto: Janine Moraes. Fonte: Banco de Imagens da Câmara dos Deputados

Merecem destaque os dizeres dos coletes - "CHEGA DE FARRA DOS RENTISTAS" e cartazes que os representantes das entidades sustentaram durante as votações:

AUDITORIA JÁ

QUEREMOS A VERDADE

JUROS SOBRE JUROS: ILEGAL (STF)

PIZZA NÃO

Não desrespeitem o voto de 6 milhões de brasileiros que exigiram no Plebiscito de 2000 a AUDITORIA DA DÍVIDA

A presença maciça de representantes de diversos setores da sociedade civil foi fundamental para demonstrar sua preocupação com a falta de controle do endividamento público brasileiro, que anualmente consome quase 40% dos recursos orçamentários da União para o pagamento de juros e impõe severos sacrifícios à sociedade brasileira, sendo que essa dívida pública não apresenta contrapartida que justifique tamanho sacrifício.

A dinâmica dos representantes da sociedade civil impressionou os parlamentares e foi fundamental para o equilíbrio da votação. Entretanto, a indignação com o resultado foi manifestada por todos os presentes que levantaram os cartazes: "VOTOU A FAVOR? CARA NO POSTE", ou seja, as entidades darão ampla divulgação para aqueles que aprovaram o Relatório Final apresentado por Pedro Novais, que desrespeita a Constituição Federal ao não determinar a realização da auditoria da dívida, apesar das diversas irregularidades e indícios de flagrantes ilegalidades apuradas durante os trabalhos da CPI.

DENUNCIEM OS QUE NÃO QUEREM SABER A VERDADE SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA QUE SÓ TEM FAVORECIDO AOS BANQUEIROS E SACRIFICADO A SOCIEDADE, QUE PAGA CARO POR UMA DÍVIDA QUE SUBTRAI INÚMEROS DIREITOS SOCIAIS



Virgílio Guimarães
PT/MG (Gab. 275-III)



Jô Moraes
PCdoB/MG (Gab. 322-IV)



Márcio Reinaldo
Moreira
PP/MG (Gab. 819-IV)



Nelson Meurer
PP/PR (Gab. 916-IV)



Pedro Novais
PMDB/MA (Gab. 813-IV)



Alfredo Kaefer
PSDB/PR (Gab. 818-IV)



Manoel Junior
PMDB/PB (Gab. 601-IV)



José Rocha
PR/BA (Gab. 908-IV)

VEJAM QUEM ASSINOU O VOTO EM SEPARADO (RELATÓRIO ALTERNATIVO) DO DEPUTADO IVAN VALENTE (PSOL/SP) E DAS ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL, QUE EXIGE AUDITORIA DA DÍVIDA E O APROFUNDAMENTO DAS INVESTIGAÇÕES PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE E REPARAÇÃO DOS DANOS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO

 <p>Ivan Valente PSOL/SP (Gab. 716-IV)</p>	 <p>Paulo Rubem Santiago PDT/PE (Gab. 229-IV)</p>	 <p>Hugo Leal PSC/RJ (Gab. 631-IV)</p>	 <p>Cleber Verde PRB/MA (Gab. 581-III)</p>
 <p>Julião Amin PDT/MA (Gab. 550-IV)</p>	 <p>Ernandes Amorim PTB/RO (Gab. 318-IV)</p>	 <p>Carlos Alberto Canuto PSC/AL (Gab. 301-IV)</p>	 <p>Pedro Fernandes PTB/MA (Gab. 814-IV)</p>

VOTO EM SEPARADO SERÁ ENTREGUE PELOS DEPUTADOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO NA TERÇA FEIRA DIA 18/5, ÀS 14H, COM A SOLICITAÇÃO DE APROFUNDAMENTO DAS INVESTIGAÇÕES E ELABORAÇÃO DE AÇÕES JURÍDICAS

Todas as entidades estão convidadas para participar do Ato de entrega oficial do [Voto em Separado](#) ao Ministério Público, dia 18 de maio, às 14h, na

Procuradoria Geral da República (SAF Sul, Quadra 4 Conjunto C, Bloco B, na Sala 305 - 5ª Câmara de Coordenação e Revisão). Desta forma, os deputados que subscreveram o Voto em Separado repassarão ao Ministério Público todos os indícios de ilegalidades apurados durante as investigações realizadas pela CPI, para que tais indícios sejam devidamente investigados, apurando-se eventuais responsabilidades e buscando o ressarcimento, ao país, dos recursos indevidamente subtraídos pelo processo de endividamento.

Abaixo, algumas notícias e fotos da sessão que encerrou a CPI da Dívida.



Foto: Janine Moraes

- [Média](#)

- [Grande](#)

Dep. Hugo Leal (PSC-RJ)

[Mais informações](#) Dep. Hugo Leal (PSC-RJ)

Data: 11/05/2010



Foto: Janine Moraes

- [Média](#)

- [Grande](#)

Dep. Jô Moraes (PCdoB-MG) e Dep. Nelson Meurer (PP-PR)

Data: 11/05/2010



Foto: Janine Moraes

- [Média](#)

- [Grande](#)

manifestantes

[Mais informações](#) manifestantes

Data: 11/05/2010



Foto: Janine Moraes

- [Média](#)

- [Grande](#)

Dep. Pedro Novais (PMDB-MA, relator) e Dep. Virgílio Guimarães...

[Mais informações](#) Dep. Pedro Novais (PMDB-MA, relator) e Dep. Virgílio Guimarães (PT-MG, presidente)

Data: 11/05/2010



Foto: Janine Moraes

- [Média](#)

- [Grande](#)

Dep. Hugo Leal (PSC-RJ), Dep. Ivan Valente (PSOL-SP), Dep. Pau...

[Mais informações](#) Dep. Hugo Leal (PSC-RJ), Dep. Ivan Valente (PSOL-SP), Dep. Paulo Rubem Santiago (PDT-PE)

Data: 11/05/2010



Foto: Janine Moraes

- [Média](#)

- [Grande](#)

Dep. Pedro Novais (PMDB-MA, relator) e Dep. Virgílio Guimarães...

[Mais informações](#) Dep. Pedro Novais (PMDB-MA, relator) e Dep. Virgílio Guimarães (PT-MG, presidente)

Data: 11/05/2010



Foto: Janine Moraes

- [Média](#)

- [Grande](#)

Dep. Ivan Valente (PSOL-SP)

[Mais informações](#) Dep. Ivan Valente (PSOL-SP)

Data: 11/05/2010



Foto: Janine Moraes

- [Média](#)

- [Grande](#)

Dep. Ivan Valente (PSOL-SP)

[Mais informações](#) Dep. Ivan Valente (PSOL-SP)

Data: 11/05/2010



Foto: Janine Moraes

- [Média](#)

- [Grande](#)

Dep. Pedro Novais (PMDB-MA, relator) e Dep. Virgílio Guimarães...

[Mais informações](#) Dep. Pedro Novais (PMDB-MA, relator) e Dep. Virgílio Guimarães (PT-MG, presidente)

Data: 11/05/2010



Foto: Janine Moraes

- [Média](#)

- [Grande](#)

manifestantes

[Mais informações](#) manifestantes

Data: 11/05/2010



Foto: Janine Moraes

- [Média](#)

- [Grande](#)

Dep. Virgilio Guimarães(PT-MG. presidente)

[Mais informações](#) Dep. Virgilio Guimarães(PT-MG. presidente)

Data: 11/05/2010

**Portal G1 - 11/05/2010 16h47 - Atualizado em
11/05/2010 16h47**

**CPI da Dívida aprova relatório que propõe voto aberto
no Copom**

**Parecer propõe que diretores revelem suas posições na
definição dos juros.**

Texto não recomenda auditoria na dívida, como queriam alguns parlamentares.

Eduardo Bresciani Do G1, em Brasília

[imprimir](#)

A CPI da Dívida Pública aprovou nesta terça-feira (11) por 8 votos a 5 seu texto final endossando uma proposta do relator Pedro Novais (PMDB-MA) de que os diretores do Banco Central que participam do Conselho de Política Monetária

(Copom) tenham de ter seus votos divulgados após decisões sobre a taxa básica de juros, a Selic. O texto não pede uma auditoria na dívida pública, como desejavam alguns parlamentares, e também não recomenda novas investigações sobre o tema pelo Ministério Público.

A proposta de abertura de votos no Copom é feita no texto do relator para dar mais transparência às decisões sobre a fixação da taxa básica de juros. Novais sugere que seja divulgado o voto e a justificativa de cada um dos diretores do BC na reunião.

Atualmente, é divulgado apenas o placar, sem especificar como votou cada um dos membros. A proposta da CPI vai virar um projeto de lei e terá de tramitar na Câmara e no Senado antes de virar lei.

Novais propõe ainda a aprovação de alguns projetos para melhorar a questão da dívida. Um deles pede que somente com autorização orçamentária seria possível usar recursos derivados da emissão de títulos públicos. O parecer apresenta ainda propostas de limites de dívidas para municípios, estados e União.

O relatório de Novais não encontra nenhum culpado para o crescimento da dívida pública no Brasil. Ele diz não ser necessário fazer uma auditoria nas contas nem enviar qualquer material para o Ministério Público para novas investigações.

"Não encontrei nenhuma pessoa, nenhum documento, nenhuma informação verbal sequer dizendo que fulano foi culpado de tal irregularidade. O regimento diz que se deve encaminhar ao Ministério Público o relatório de CPI quando há responsabilidade a ser apurada", argumentou o relator.

Alguns parlamentares questionaram o "fim das investigações" sobre a dívida. O deputado Ivan Valente (PSOL-SP) apresentou um voto em separado, que não chegou a ser votado em virtude da aprovação do texto de Novais. Em sua sugestão, Valente propõe a realização de uma auditoria completa na dívida e o encaminhamento do material da CPI para o Ministério Público para que se investigue a possível prática de crimes no manejo da dívida.

Após o final da reunião, Valente afirmou que encaminhará as informações para o MP mesmo sem a aprovação de seu parecer pela CPI.

CPI da Dívida Pública propõe divulgação de voto de diretores do Banco Central

Agência Brasil

Publicação: 11/05/2010 18:52

Por 8 votos a 5, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Dívida Pública da Câmara dos Deputados aprovou hoje (11) seu relatório final. O texto não recomenda auditoria na dívida pública nem pede investigações adicionais pelo Ministério Público. Os parlamentares, no entanto, propõem a divulgação dos votos dos diretores do Banco Central (BC) que participam da reunião do Conselho de Política Monetária (Copom).

A cada 45 dias, o Copom reúne-se para definir a taxa básica de juros (Selic). O comitê divulga um comunicado com o placar das votações logo depois das reuniões. Além disso, uma ata do encontro com as perspectivas do Banco Central sobre o comportamento dos preços e da economia é publicada oito dias depois da reunião. Os votos individuais, no entanto, não são conhecidos.

A proposta, que virará projeto de lei, foi incluída no texto final da CPI pelo

relator, deputado Pedro Novais (PMDB-MA). Ele defende não apenas a divulgação dos votos, mas as justificativas de cada diretor do BC. De acordo com o documento, a sugestão torna mais transparentes as decisões sobre as taxas de juros.

O parecer também apresenta propostas para que o Congresso Nacional interfira na administração da dívida pública ao condicionar o uso de recursos da emissão de títulos à autorização no Orçamento Geral da União. O texto pede, ainda, a adoção de novos limites de endividamento para prefeituras, governos estaduais e governo federal.

O P-SOL chegou a pedir voto em separado para incluir a realização de uma auditoria na dívida pública e o envio de informações colhidas pela CPI para que o Ministério Público investigue possíveis irregularidades na gestão da dívida.